Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies, Vol. 13, N.º 2, 2026, e026016
https://doi.org/10.21814/rlec.7595

Os Fantasmas da Nação: Ativismo Efémero e Política das Comemorações na Espanha Pós-Colonial

Emiliano Abad
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Resumo

Este artigo analisa de que modo as intervenções decoloniais podem perturbar os regimes temporais e epistémicos que produzem e legitimam o património colonial. Com base nos estudos críticos do património, na teoria decolonial e nos estudos da memória, defende-se que os conflitos atuais em torno dos monumentos não constituem meras disputas sobre a representação histórica, mas antes, lutas pela soberania temporal. O argumento desenvolve-se a partir de dois estudos de caso interligados, em Madrid (Espanha). Em primeiro lugar, analisa-se o complexo de memória imperial da cidade, com particular incidência no Monumento a la Hispanidad (Monumento à Hispanidade) e na paisagem simbólica mais ampla que envolve o Museo de América (Museu da América), onde as narrativas coloniais e franquistas continuam a reforçar-se mutuamente no tecido urbano democrático. Em segundo lugar, examina-se a intervenção anónima realizada a 1 de janeiro de 2023, quando ativistas empalaram uma réplica da cabeça de Francisco Franco na baioneta da recém-inaugurada Estatua del Legionario (Estátua do Legionário). Em vez de exigirem a destruição do monumento, a intervenção suspendeu temporariamente a sua autoridade comemorativa, expondo as genealogias coloniais e as continuidades fascistas inscritas no património público oficial de Espanha.

A análise adota uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e comparativa. Propõe-se que estas intervenções políticas sejam entendidas como práticas de perturbação temporal, capazes de abrir brechas frágeis, mas significativas, nos regimes hegemónicos da memória. Embora não possam, por si só, produzir uma transformação estrutural, estas intervenções alargam o horizonte da imaginação política, ao restabelecerem ligações entre contramemórias de luta e resistência que foram invisibilizadas, esquecidas ou desligadas umas das outras. O seu potencial democrático reside na capacidade de ampliar o campo de ressonâncias através do qual o passado pode ser narrado, contestado e desnaturalizado. O artigo conclui que a descolonização do património exige ir além dos debates sobre preservação, remoção ou ressignificação, avançando para uma análise crítica das estruturas materiais, epistémicas e temporais através das quais o poder colonial continua a moldar o presente e, com ele, o futuro.

Palavras-chave

património decolonial, antimonumentos/contramonumentos, ativismo efémero, memória colonial espanhola, política das comemorações

The Ghosts of the Nation: Ephemeral Activism and the Politics of Commemorations in Postcolonial Spain

Abstract

This article examines how decolonial interventions can disrupt the temporal and epistemic regimes that produce and legitimise colonial heritage. Drawing on critical heritage studies,

decolonial theory, and memory studies, it argues that current conflicts over monuments are not merely disputes about historical representation but struggles over temporal sovereignty. The argument is developed through two interconnected case studies in Madrid (Spain). First, it analyses the city's imperial memory complex focusing on the Monumento a la Hispanidad (Monument to Hispanicity) and the wider symbolic landscape surrounding the Museo de América (Americas Museum), where colonial and Francoist narratives continue to reinforce one another within the democratic urban fabric. Second, it examines the anonymous intervention carried out on 1 January 2023, when activists impaled a replica of Francisco Franco's head on the bayonet of the recently inaugurated Estatua del Legionario (Legionnaire Statue). Rather than demanding the monument's destruction, the intervention temporarily suspended its commemorative authority, exposing the colonial genealogies and fascist continuities embedded in Spain's official public heritage.

The analysis adopts a qualitative, interdisciplinary, and comparative approach. It proposes that such political interventions should be understood as practices of temporal disruption that create fragile yet significant openings within hegemonic memory regimes. Although they cannot produce structural transformation on their own, these interventions expand the horizon of political imagination by reconnecting counter-memories of struggle and resistance that have been rendered invisible, forgotten, or disconnected. Their democratic potential lies in their capacity to broaden the field of resonances through which the past can be narrated, contested, and denaturalised. The article concludes that decolonising heritage requires moving beyond debates over preservation, removal, or resignification towards a critical engagement with the material, epistemic, and temporal structures through which colonial power continues to shape the present and, with it, the future.

Keywords

decolonial heritage, anti/counter monuments, ephemeral activism,
Spanish colonial memory, politics of commemorations

1. O Sangue e o Símbolo

A 1 de janeiro de 2023, um grupo anónimo de ativistas desafiou a proibição ao colocar uma réplica da cabeça do antigo ditador espanhol Francisco Franco na ponta da baioneta empunhada pela Estatua del Legionario (Estátua do Legionário), em Madrid (Espanha; Figura 1 e Figura 2). O monumento, situado em frente ao Quartel-General do Estado-Maior da Defesa espanhol, tornou-se palco de um profundo ato de subversão epistémica. Tratou-se de uma intervenção antirracista, antifascista e anticolonial que, pela primeira vez, reuniu no mesmo enquadramento material dois regimes de memória fundacionais da paisagem urbana de Madrid: a memória colonial espanhola e as comemorações públicas franquistas. Esta imagem constitui o ponto de partida do presente artigo. Será também a sua imagem final, mas sob um olhar diferente. Com uma temporalidade diferente.



Figura 1. *Estátua do Legionário*

Créditos. Álvaro Minguito, 2023

Nota. Em segundo plano: Quartel-General do Estado-Maior da Defesa espanhol.



Figura 2. *Réplica da cabeça de Franco*

Créditos. Álvaro Minguito, 2023

Nota. Réplica cedida pelo artista Eugenio Merino.

Longe de constituir uma categoria neutra ou universalmente benéfica, o património cultural surgiu historicamente a par da formação da modernidade liberal, do Estado-nação burguês, da expansão colonial e da acumulação capitalista. Como argumentam investigadores como Vergès (2024) e Táíwò (2022), o património deve ser entendido não apenas como uma prática cultural, mas também como um regime político que organiza a memória por meio de processos de inclusão e exclusão (e, como sabemos, não existe um único silêncio, mas uma hierarquia de silêncios). Nesta perspetiva, uma abordagem decolonial do património deve ir além do simples questionamento ou da desconstrução das narrativas históricas dominantes. Deve interrogar as estruturas materiais e epistémicas através das quais a preservação continua a reproduzir relações de poder coloniais, raciais, heteronormativas e extrativistas. No âmbito destes processos mais amplos de produção e legitimação, este artigo centra-se nas dinâmicas interligadas de monumentalização e

desmonumentalização no "espaço público" (uma categoria que, dadas as suas raízes liberais e modernas, também deve ser desconstruída e historicizada). A monumentalização não é apenas uma prática comemorativa, mas uma tecnologia espacial através da qual os Estados materializam a autoridade política. A produção do património é, assim, indissociável da produção do espaço urbano, envolvendo processos de apropriação e domesticação através dos quais ruas, parques, praças e instituições públicas se tornam lugares de encenação e reprodução de regimes políticos específicos. Estes processos intensificaram-se ainda mais no contexto do tecnofeudalismo contemporâneo, no qual o património se encontra profundamente imbricado em processos de construção da marca urbana, turismo, especulação financeira e mercantilização da cultura e da memória (Abad, 2025; Semi & Frisina, 2023). Os conflitos em torno dos monumentos nunca são, por isso, meramente simbólicos. Refletem também disputas em torno da produção de valor, da autoridade para definir o significado histórico de um lugar e de quem beneficia social, política e economicamente da sua preservação.

Neste contexto, o artigo divide-se em duas secções. A primeira analisa Madrid enquanto espaço onde as narrativas coloniais e franquistas permanecem profundamente inscritas na paisagem urbana. Centrando-se no Monumento a la Hispanidad (Monumento à Hispanidade) e no ambiente simbólico mais amplo que envolve o Museo de América (Museu da América), defende-se que a cidade encerra aquilo que pode ser descrito como um complexo de memória imperial, cujas dimensões coloniais têm escapado, em grande medida, a um escrutínio público continuado. A segunda secção retoma a intervenção ativista que abre este artigo: a transformação temporária da Estátua do Legionário, em janeiro de 2023. Com base nestes dois estudos de caso, o artigo defende que as lutas contemporâneas em torno do património são, fundamentalmente, lutas pela soberania temporal. Este argumento exige que se vá muito além dos conflitos em torno da representação simbólica, que continuam a ser enquadrados por debates sobre a preservação, a deslocação, a ressignificação ou até a legitimidade da destruição de objetos patrimoniais. O que está em causa não é apenas o significado dos monumentos ou do património cultural, mas o poder de moldar a própria continuidade histórica e, com ela, de imaginar futuros e comunidades alternativos. Para explorar esta hipótese, o artigo aborda, por conseguinte, o património não como uma herança estável a salvaguardar, mas como um campo aberto de encontros, sujeito a negociação e até a contestação. Esta perspetiva convida-nos a conceber o património como uma prática social capaz de abalar os pressupostos temporais, coloniais e patriarcais dos quais tantas vezes dependeram os seus fundamentos modernos, abrindo simultaneamente novas possibilidades, não apenas para habitar a cidade, mas também para nos habitarmos a nós próprios. Juntos, sempre juntos[1].

[1] Declaração de posicionamento: Sou um historiador argentino. Sou também imigrante e filho e neto de imigrantes. Cheguei a Madrid em 2009, ao abrigo de uma bolsa atribuída pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol, para frequentar um mestrado em Estudos Latino-Americanos. Não deixa de ser significativo o facto de a sessão oficial de acolhimento do mestrado ter decorrido no Museu da América, à entrada do qual se encontra o Monumento à Hispanidade. O meu posicionamento é, por conseguinte, moldado por um conjunto de identificações que se cruzam e são, em certa medida, contraditórias: latino-americano, branco, imigrante, homem, heterossexual e, sob muitos aspetos, privilegiado. Reconhecer este posicionamento não constitui, portanto, um exercício de autorrevelação por si só, mas o reconhecimento de que o próprio olhar crítico é corporizado e se encontra situado histórica e materialmente.

2. Complexo de Memória Imperial

Na Espanha contemporânea, os debates sobre a memória histórica têm-se centrado, em grande medida, no legado da Guerra Civil (1936–1939) e na subsequente ditadura franquista, que se prolongou até à morte do ditador, em 1975, e à adoção da nova Constituição, em 1978. Estes debates deram origem a importantes iniciativas sociais, legislativas e institucionais, sobretudo a nível local e regional, culminando, por fim, na aprovação de legislação de âmbito nacional: a Lei da Memória Histórica, de 28 de dezembro de 2007, e, mais recentemente, a atual Lei da Memória Democrática, de 19 de outubro de 2022. Contudo, a memória colonial tem permanecido relativamente marginal. De facto, a atual Lei da Memória Democrática não faz a mais pequena referência ao passado colonial de Espanha ou à memória colonial, embora reconheça explicitamente outros grupos historicamente marginalizados, incluindo as minorias de género e as comunidades ciganas. Por outras palavras, como se pode conceber a luta contra o totalitarismo e a defesa da democracia sem sequer reconhecer os efeitos duradouros do colonialismo no presente, manifestados em fenómenos como o racismo, a xenofobia e a exclusão material das minorias étnicas e racializadas?

Embora o franquismo tenha sido sistematicamente objeto de escrutínio público, as dimensões coloniais da identidade nacional espanhola continuam a ocupar uma posição muito mais ambígua. Esta situação é ainda mais surpreendente se tivermos em conta que o Dia Nacional de Espanha se celebra a 12 de outubro, data que assinala a chegada de Cristóvão Colombo às Américas, em 1492. As sucessivas designações oficiais desta efeméride revelam uma notável continuidade no imaginário político espanhol em torno da conquista das Américas. Entre 1918 e 1958, o dia 12 de outubro foi oficialmente designado Dia da Raça; até 1981, Dia da Hispanidade; entre 1981 e 1987, Festa Nacional de Espanha e Dia da Hispanidade; e, desde então — sob o governo socialista de Felipe González — simplesmente Dia Nacional. Na verdade, o 12 de outubro continua a ser a comemoração nacional mais duradoura da história moderna de Espanha. O país celebra-o ininterruptamente como Dia Nacional desde 1918, resistindo a todas as ruturas políticas e mudanças de regime: liberal e conservador, laico e religioso, monárquico e republicano, incluindo a ditadura franquista e o regime constitucional estabelecido em 1978. Todos recorreram à história de Espanha nas Américas como estratégia para assegurar a coesão interna e a legitimação nacional — como se, mais uma vez, não existissem outras narrativas nem outras alternativas. Além disso, a celebração do 12 de outubro assume invariavelmente a forma de um desfile militar, o maior do país realizado anualmente. O que se celebra não é uma festa nacional, mas a própria conquista: um ato de dominação militar e de imposição imperial.

A assimetria entre as contra-memórias da ditadura e as do passado colonial de Espanha é particularmente visível em Madrid. Enquanto antiga capital de um império global, a cidade concentra um número notável de monumentos, instituições, nomes de ruas e paisagens simbólicas associados à expansão colonial. Ao contrário do que sucede noutras capitais europeias — incluindo Paris, Lisboa, Bruxelas, Londres e Amesterdão — estes elementos raramente têm ocupado o centro da controvérsia pública (Knudsen et al., 2022). Porém, Barcelona merece uma análise distinta. Nesta cidade, o passado

colonial e esclavagista tornou-se objeto de debate institucional e de contestação continuada por parte de ativistas antirracistas e anticoloniais. Este processo é, contudo, marcado por tensões e contradições significativas (para o caso emblemático do Monumento ao Marquês de Comillas, ver Opazo-Sepúlveda, 2025). Regressando a Madrid, basta analisar o discurso das autoridades públicas, ler a imprensa local ou realizar um simples exercício de observação, visitando qualquer um dos seus monumentos ou espaços patrimoniais, para perceber como a sua presença é facilmente entendida como natural, historicamente evidente ou até culturalmente inócua, em vez de ser reconhecida como expressão material do poder colonial[2].

O Arco de la Victoria (Arco da Vitória) constitui um ponto de partida particularmente revelador para compreender este fenómeno. Construído entre 1950 e 1956 para comemorar a vitória de Franco na Guerra Civil, o Arco da Vitória situa-se numa das principais vias de acesso à capital espanhola, no bairro de Moncloa (Figura 3). As suas dimensões tornam-no difícil de ignorar: com 49 metros de altura, continua a ser uma das estruturas monumentais mais imponentes da cidade. Ao contrário de monumentos comparáveis, como o Arco do Triunfo, em Paris, o Arco da Vitória foi erguido diretamente no campo de batalha que comemora, uma vez que a Batalha da Ciudad Universitaria teve lugar nesta zona de Madrid, em novembro de 1936. Atualmente, milhares de trabalhadores, turistas, residentes e estudantes — uma vez que o monumento assinala também uma das principais entradas do campus da Universidade Complutense, a maior universidade de Espanha — passam diariamente por baixo do arco ou nas suas imediações. No entanto, a importância histórica do monumento parece muitas vezes estranhamente atenuada. Erigido por uma ditadura para celebrar e glorificar o regime franquista, permanece, ainda assim, praticamente intocado e é notavelmente pouco contestado, à exceção de algumas críticas isoladas (Abad, 2022; González de Oleaga, 2016; Rodríguez-López, 2024). O Arco da Vitória é visível — na verdade, esta é uma das características definidoras dos monumentos tradicionais: é praticamente impossível não os ver—, mas nem sempre é legível. Por outras palavras, o monumento não desapareceu do campo de visão público. Pelo contrário, foi absorvido pelas rotinas da vida quotidiana.

[2] Para além de Barcelona, nos últimos anos surgiram iniciativas da sociedade civil destinadas a dar maior visibilidade pública ao passado colonial e esclavagista de Espanha. Em Madrid, organizações antirracistas e anticoloniais como a Conciencia Afro têm promovido percursos pedestres urbanos que destacam as ligações da cidade ao tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Em 2026, surgiu uma iniciativa semelhante em Valência, complementando percursos há mais tempo estabelecidos em Sevilha. Estas iniciativas continuam a ser, em grande medida, de base e ainda não se traduziram em políticas patrimoniais ou institucionais mais abrangentes.



Figura 3. *Arco da Vitória*

Créditos. Emiliano Abad, 2025

O Arco da Vitória não é uma presença isolada. A curta distância, encontra-se o Museu da América (Figura 4), inaugurado em 1941, durante os primeiros anos da ditadura franquista, e instalado no edifício atual desde 1965. Situado numa colina do bairro madrileno de Moncloa, na Avenida dos Reis Católicos, n.º 6, o museu ocupa uma posição estratégica numa paisagem simbólica mais ampla, marcada por lugares de comemoração associados, direta ou indiretamente, à nostalgia imperial, ao nacionalismo católico e a projetos de regeneração nacional. Mais do que um museu dedicado às Américas, funciona como um ponto de articulação espacial de uma narrativa mais ampla sobre a missão histórica de Espanha no mundo. Neste sentido, as origens do museu são indissociáveis das conceções franquistas de "hispanidade". Após a Guerra Civil, a ditadura procurou reconstruir a coesão interna e a legitimidade internacional de Espanha através de uma reapropriação ideológica do império. Privada de quase todas as suas colónias ultramarinas — com exceção da Guiné Equatorial, que permaneceu sob domínio espanhol até 1968, e do Sara Ocidental, abandonado e entregue a Marrocos em 1976 — Espanha passou a apresentar-se cada vez mais como o centro espiritual de uma comunidade hispânica transnacional, unida pela língua, pela religião e pela cultura. Neste contexto, a conquista colonial continuou a ser apresentada como uma história de encontro entre civilizações, evangelização e intercâmbio cultural, em vez de ser reconhecida como uma história de dominação política, económica, epistémica e linguística[3].

[3] Importa referir que a atual exposição do museu data de 1994 e que, desde novembro de 2025, a instituição se encontra num processo oficial de "descolonização", cujo resultado não deverá ser conhecido antes de agosto de 2028. A iniciativa foi promovida pelo ministro da Cultura, Ernest Urtasun, que, em janeiro de 2024, anunciou um processo de "descolonização" dos museus nacionais de Espanha (Abad, 2025). Ver Projeto de Renovação do Museu da América (Museo de América, s.d.).



Figura 4. *Museu da América*

Créditos. Emiliano Abad, 2025

A própria geografia transmite uma hierarquia. O museu ocupa uma posição elevada, tanto física como simbolicamente, a partir da qual as Américas são observadas, classificadas e, em última análise, incorporadas numa narrativa centrada no poder espanhol e na grandeza imperial. Esta disposição espacial reflete uma lógica mais ampla, que ultrapassa em muito os limites do próprio museu. O vizinho Parque del Oeste (Parque do Oeste), situado abaixo do museu e aos pés do Arco da Vitória, alberga pelo menos nove monumentos dedicados a figuras associadas às guerras de independência da América Latina, incluindo Simón Bolívar, Bernardo O'Higgins e José de San Martín. À primeira vista, estas estátuas poderiam parecer representar um reconhecimento das lutas anticoloniais. Na verdade, muitas foram encomendadas e financiadas por repúblicas latino-americanas entre as décadas de 1950 e 1970, como forma de projetar os seus feitos nacionais na antiga metrópole imperial. Contudo, a sua localização na órbita simbólica do museu produz um efeito bastante mais ambíguo. Em vez de questionarem a centralidade de Espanha através do reconhecimento do significado emancipatório das lutas anticoloniais, estes monumentos são subtilmente reabsorvidos numa narrativa que apresenta as antigas colónias como descendentes honrosas da "Pátria-mãe". Afinal, muitos dos heróis da independência homenageados no Parque do Oeste eram, tecnicamente, súbditos espanhóis e, em alguns casos, tinham mesmo combatido ao serviço da Coroa espanhola nas guerras napoleónicas antes de aderirem aos movimentos independentistas. A partir da sua posição elevada, o Museu da América observa literalmente os heróis da independência, como se o antigo império continuasse a velar pelos seus filhos emancipados (Figura 5).



Figura 5. *Parque do Oeste, estátua do general San Martín e, ao fundo, dominando a paisagem, o Museu da América*

Créditos. Emiliano Abad, 2026

Desde a adoção da Constituição de 1978, os sucessivos governos democráticos espanhóis preservaram, em grande medida, e, em alguns aspetos, reforçaram a matriz espacial colonial e ditatorial herdada do regime franquista. Em Moncloa, um bairro historicamente marcado pela sua estreita ligação às forças militares, esta paisagem simbólica nunca foi objeto de uma rutura fundamental. O golpe de Estado falhado de 23 de fevereiro de 1981 foi planeado no antigo Café Galaxia, situado a apenas algumas centenas de metros do Museu da América. Para além do Parque do Oeste e do Arco da Vitória (Figura 6 e Figura 7), esta paisagem inclui outros edifícios, monumentos e instituições, dos quais, por razões de espaço, mencionamos apenas os mais relevantes para este artigo (para uma lista completa e respetiva descrição, ver Abad, 2022; Cartografías Coloniales, s.d.; González de Oleaga, 2016).



Figura 6. *Parque do Oeste, Arco da Vitória, Monumento aos Caídos por Deus e por Espanha (à esquerda), Obelisco aos Heróis do Plus Ultra (ao centro, em cima), Prisão Modelo (à direita)*

Créditos. Emiliano Abad, 2026



Figura 7. *Mapa do Complexo de Memória Imperial: A) Monumento à Hispanidade; B) Parque do Oeste; C) Arco da Vitória; D) Avenida dos Reis Católicos; E) Avenida do Arco da Victoria (Avenida da Memória); F) Praça de Cristo Rei; G) Praça Cardenal Cisneros; H) Escola de Engenharia Naval; I) Colégio Nuestra Señora de Guadalupe; J) Reitoria da Universidade Complutense de Madrid; K) Quartel-General da Força Aérea; L) Obelisco aos Heróis do Plus Ultra; M) Monumento aos Caídos por Deus e por Espanha; N) Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID); O) Farol de Moncloa; P) Museu da América; Q) Monumento a Vasco Núñez de Balboa; R) Santuário da Virgem do Cerco*

Créditos. Emiliano Abad, com recurso ao Google Maps, 2026

• O Monumento aos Caídos por Deus e por Espanha, construído entre 1954 e 1965 como homenagem explícita aos que combateram do lado franquista durante a Guerra Civil. O próprio edifício está revestido de dezenas de cruzes cristãs. Atualmente, alberga a Junta Municipal do Distrito de Moncloa-Aravaca, constituindo um testemunho marcante das tensões entre o Estado espanhol, constitucionalmente não confessional, e a persistente visibilidade do simbolismo católico-franquista.

• A Praça de Cristo Rei e a Praça Cardenal Cisneros, esta última assim designada em homenagem a um influente promotor da expansão imperial espanhola nas Américas.

• O Monumento a Vasco Núñez de Balboa: Descobridor do Pacífico (1952) e o Santuário da Virgem do Cerco, construído em 1954 em homenagem aos que morreram a combater pelas forças rebeldes franquistas durante a Guerra Civil.

• O Obelisco aos Heróis do Plus Ultra, erguido em 1951. O monumento assinala o vigésimo quinto aniversário do primeiro voo transatlântico entre Espanha e as Américas, realizado em 1926. O seu simbolismo evoca inequivocamente a expansão imperial e a época heroica do "descobrimento" das Américas. Onde outrora as caravelas atravessavam o Atlântico, os aviões modernos passaram a conquistar os céus.

• A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), instalada no Palácio da Hispanidade. A Agência teve origem no Conselho da Hispanidade (1940–1945), que deu lugar ao Instituto de Cultura Hispânica (1945–1977), ao Centro Ibero-Americano de Cooperação (1977–1979), ao Instituto de Cooperação Ibero-Americana (1979–1988) e à Agência Espanhola de Cooperação Internacional (1988–2007). Por outras palavras, o discurso passou da conquista à cooperação para o desenvolvimento, enquanto a tradição colonial espanhola continuou a funcionar como instrumento

fundamental de projeção internacional. À entrada da AECID encontra-se uma grande caravela de bronze com a seguinte inscrição: "os povos da América Hispânica e das Filipinas à Isabel, a Católica, Rainha de Espanha, Mãe da América, Fundadora de Povos, cujo impulso visionário completou a unidade geográfica e espiritual do mundo. Prestam-lhe esta homenagem filial e duradoura no quinto centenário do seu nascimento (1451–1951)". A imagética maternal e fundadora dificilmente poderia ser mais explícita.

Porém, esta não é toda a história: os sucessivos governos democráticos espanhóis reforçaram o legado imperial e franquista inscrito na paisagem urbana de Madrid. Em 1990, a Câmara Municipal de Madrid encomendou ao arquiteto Salvador Pérez Arroyo o projeto de uma importante torre de comunicações. A justificação oficial assentava em dois objetivos: assinalar o quinto centenário do chamado "descobrimento" das Américas (1492–1992) e celebrar a futura designação de Madrid como Capital Europeia da Cultura (1992). Sevilha preparava-se para acolher a Exposição Universal (1992), enquanto Barcelona estava prestes a organizar os seus primeiros Jogos Olímpicos (1992). Madrid, a antiga capital imperial, receberia um Museu da América renovado — reaberto em 1994 — e, quase à sua entrada, aquilo que viria a ser conhecido como o Farol de Moncloa (Figura 8). O lema oficial da torre é: "Farol de Moncloa: vistas panorâmicas a 92 metros acima da cidade". A ironia, porém, é difícil de ignorar. Madrid não tem mar, mas tem um farol. E o que fazem os faróis? Em primeiro lugar, iluminam o Parque do Oeste, onde se encontram estátuas de líderes da independência latino-americana. Mais de dois séculos após as independências, Espanha continua, pelo menos simbolicamente, a iluminar as suas antigas colónias. Em segundo lugar, os faróis são concebidos tanto para observar como para serem vistos. Em terceiro lugar, orientam e protegem. O farol vigia o Museu da América e, acima de tudo, o legado imperial de Espanha nas Américas (González de Oleaga, 2016).



Figura 8. *Farol de Moncloa*

Créditos. Emiliano Abad, 2026

Por fim, à entrada do museu encontra-se o Monumento à Hispanidade (Figura 9). A sua localização está longe de ser acidental. Situado diretamente por baixo do Farol de Moncloa, o monumento parece estar sob o seu olhar vigilante, reforçando o simbolismo de proteção que permeia todo o local. Projetado por Agustín de la Herrán, foi erguido para as comemorações do Dia Nacional, em 1970. A escultura é acompanhada pela seguinte inscrição: "sob o governo do Generalíssimo Francisco Franco, sendo D. Juan Carlos de Bourbon Príncipe de Espanha, foi erigido este Monumento à Hispanidade como homenagem a Deus, rocha e tronco da nossa estirpe".



Figura 9. *Monumento à Hispanidade*
Créditos. Emiliano Abad, 2026

A escultura capta um momento de movimento. Representa um cavaleiro espanhol, com uma cruz resplandecente estampada no peito, que se inclina a partir da sela para erguer uma mulher indígena e colocá-la sobre o cavalo. Ela permanece fisicamente abaixo dele, com o corpo a transmitir vulnerabilidade e subordinação. A mensagem simbólica é inequívoca: o espanhol surge como um herói vigoroso e abnegado. Domina a natureza — representada pelo poderoso garanhão que monta — mas também resgata os outros de si próprios. Através de uma notável economia semiótica, o monumento sugere que as mulheres indígenas precisavam de ser salvas do seu próprio povo e das suas próprias culturas. O "Outro" indígena surge como selvagem, mas suscetível de redenção — caso contrário, a própria conquista perderia tanto a sua legitimidade histórica como a sua finalidade moral. A redenção é, assim, apresentada como possível apenas através de uma intervenção heroica, paternalista e inequivocamente masculina, enquadrada pela lógica heteronormativa dominante da modernidade colonial. Neste sentido, o monumento permite identificar duas importantes linhas de interpretação.

A primeira diz respeito à miscigenação (*mestizaje*). Aqui, a relação entre Espanha e as Américas é representada não como conquista ou coerção, mas como um encontro

harmonioso que culmina num enriquecimento mútuo. A mulher indígena não parece oferecer resistência. Pelo contrário, entrega-se voluntariamente ao seu salvador. Esta representação evoca narrativas há muito enraizadas sobre a miscigenação, frequentemente mobilizadas para atenuar ou neutralizar a violência da conquista, da expropriação e da hierarquia racial. O ideal da "raça cósmica", de Vasconcelos (1925), é talvez a expressão mais conhecida desta tradição, que também influenciou muitas das narrativas nacionais fundadoras das repúblicas latino-americanas recém-independentes. Contudo, a miscigenação é analiticamente relevante não pelos seus resultados biológicos ou mesmo culturais — ambos frequentemente utilizados para legitimar o empreendimento colonial — mas porque o próprio processo de mestiçagem demográfica e cultural revela as ambiguidades, contradições e negociações quotidianas do domínio colonial (Gruzinski, 1999/2007). É nos lares, nos campos, nas plantações, nas minas e nas cidades que os povos indígenas, os colonizadores, os africanos escravizados (sobretudo), as comunidades de escravizados fugidos e inúmeros outros agentes negociaram a ordem colonial no quotidiano. Fizeram-no através da apropriação, da acomodação, da resistência e da subversão, ao mesmo tempo que produziram novas formas de conhecimento, intercâmbio cultural e ambivalência. Estas interações quotidianas revelam o caráter desigual, instável e permanentemente negociado do poder colonial. Nos termos de Bhabha (1994/2004), a miscigenação pode, assim, ser entendida como um espaço intermédio no qual a autoridade colonial é simultaneamente reproduzida, negociada e contestada.

A segunda chave interpretativa diz respeito ao próprio colonialismo. O Monumento à Hispanidade apresenta a conquista como uma dádiva, e não como um sistema de dominação — ou mesmo como um suposto "encontro entre culturas" harmonioso. O colonialismo é representado como um projeto altruísta de salvação, que implicitamente exige gratidão em vez de reflexão crítica (Abad, 2025). Neste quadro simbólico, questionar o empreendimento colonial torna-se moralmente inadequado, pois o colonizador surge não como instrumento de um sistema global de conquista e exploração, mas como um benfeitor benevolente. Quando relacionada com a sociedade contemporânea, esta narrativa tem também implicações políticas mais amplas. Espera-se implicitamente que aqueles que são vistos como recém-chegados, migrantes ou sujeitos subalternos manifestem gratidão através da adaptação às normas e aos valores da comunidade dominante. Se não o fizerem, arriscam-se à exclusão, à marginalização ou ao apagamento simbólico. O monumento projeta, assim, uma conceção paternalista da cidadania, na qual a inclusão permanece condicionada à aceitação da ordem hegemónica, em vez de assentar na igualdade ou na reciprocidade cívica. Por outras palavras, espera-se que se manifeste gratidão ou que se permaneça em silêncio, até se desaparecer sob o peso do próprio cavalo[4].

A semântica espacial em torno do Monumento à Hispanidade — de bombas a arcos, altares, museus e estátuas — pertence, na sua esmagadora maioria, ao período anterior à Constituição de 1978, isto é, à ditadura franquista. Em vez de reconfigurar ou

[4] Em 2025, foi pintada uma pequena bandeira palestiniana na base do monumento. É impossível saber se quem realizou este ato procurava enquadrá-lo na violência simbólica representada pelo Monumento à Hispanidade. A bandeira foi rapidamente removida pelas autoridades municipais, constituindo um indício revelador de como o monumento continua a ser ativamente protegido enquanto parte do património monumental de Madrid.

ressignificar esta paisagem simbólica, o novo regime democrático incorporou-a e reproduziu-a em grande medida, sobretudo no que diz respeito à história colonial. A pergunta, uma vez mais, é: "porque terá esta paisagem suscitado tão pouca controvérsia pública?". Já em pleno século XXI, Moncloa continua a funcionar como aquilo a que podemos chamar um complexo de memória imperial: uma constelação de lugares, narrativas e símbolos que, em conjunto, reproduzem uma determinada interpretação do passado colonial de Espanha e, por extensão, da sua identidade nacional, das suas origens históricas e do seu sentimento de pertença. O conceito de "complexo de memória imperial" não designa um programa político coordenado, mas antes um palimpsesto e um conjunto cultural cujos elementos constituintes não precisam de comunicar explicitamente entre si para produzirem efeitos simbólicos cumulativos. O seu poder decorre precisamente da aparente normalidade. A normalização, porém, não deve ser confundida com o consenso, como demonstram as contramanifestações antirracistas e anticoloniais que têm lugar todos os dias 12 de outubro. Os monumentos individuais podem, ocasionalmente, suscitar críticas, mas a configuração comemorativa mais ampla permanece, em grande medida, incontestada. Em Madrid, a memória colonial no espaço público raramente precisa de ser defendida ativamente, porque poucas vezes é percecionada como estando ameaçada. Neste sentido, o valor analítico do conceito de "complexo de memória imperial" reside na sua capacidade de deslocar a atenção dos monumentos individuais para as relações entre eles, permitindo compreender como estes ressoam entre si, se reforçam mutuamente e produzem significados uns através dos outros.

Desta perspetiva, a questão não é saber se a paisagem urbana de Madrid ainda conserva vestígios do império colonial e da ditadura franquista. É evidente que sim. A questão mais reveladora consiste em perceber como estas duas formações históricas se cruzam, se reforçam mutuamente e permanecem inteligíveis uma através da outra, mesmo quando não é estabelecida qualquer ligação explícita entre ambas. As intervenções anticoloniais contemporâneas devem procurar perturbar esta economia comemorativa mais ampla. Coloca-se, assim, uma última questão: se a memória colonial continua tão profundamente inscrita no tecido urbano da antiga capital imperial de Espanha, de que forma poderá ser efetivamente contestada? Que formas de intervenção política, artística ou social são capazes de perturbar narrativas naturalizadas por décadas de repetição performativa? Uma resposta possível consiste em sair de Moncloa e dirigir-se a outro centro simbólico da cidade: o Paseo de la Castellana. Com este objetivo, a secção seguinte analisa uma intervenção artística na Estátua do Legionário, inaugurada em 2022. Embora modesta e efémera, a intervenção abre brevemente uma fissura no complexo de memória imperial de Madrid, tornando visível aquilo que há muito parece natural, quase tão inquestionável como a própria gravidade.

3. Neofascismo (Recarregado)

Regressemos à Estátua do Legionário (e, sobretudo, à intervenção artística que estrutura o presente artigo). A estátua, que não integra o complexo de memória imperial de Moncloa, foi inaugurada a 8 de novembro de 2022 pelo presidente da Câmara de

Madrid, José Luis Martínez-Almeida, membro do conservador Partido Popular. A inauguração coincidiu com o 87.º aniversário do ataque fascista a Madrid, iniciado em 1936, no começo da Guerra Civil. A pessoa ativista, por seu lado, escolheu deliberadamente o dia 1 de janeiro para realizar a intervenção, assinalando o aniversário da morte de José Millán-Astray, fundador da Legião Espanhola, falecido em 1954. Durante a cerimónia de inauguração, os participantes celebraram abertamente Millán-Astray — com cânticos, símbolos e palavras de ordem políticas — enquanto, entre o público, eram exibidas bandeiras franquistas. Neofascismo em plena luz do dia.

Fundada em 1920 como força de assalto colonial, a Legião Espanhola desempenhou um papel decisivo nas campanhas militares de Espanha no Norte de África, incluindo o desembarque de Alhucemas, em 1925. Millán-Astray colocou posteriormente a Legião ao serviço de Franco, permitindo que se tornasse um dos principais instrumentos militares da Guerra Civil e de quase quatro décadas de ditadura violenta. Na manhã de 1 de janeiro de 2023, esta continuidade histórica condensou-se numa única imagem: a cabeça de Franco trespassada pela arma de um dos seus próprios legionários.

As pessoas ativistas acompanharam a intervenção com uma breve declaração, que foi gravada e posteriormente divulgada nas redes sociais: "não há Leis da Memória Democrática, Tribunal de Haia ou Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas que nos possam obrigar a respeitar os vossos mortos". A declaração foi deliberadamente provocatória. Em vez de invocar a legitimidade jurídica, expôs aquilo que as pessoas ativistas entendiam ser a persistência da impunidade colonial na paisagem comemorativa da Espanha contemporânea. É impossível saber com certeza quanto tempo durou a intervenção, ou durante quanto tempo a cabeça de Franco permaneceu espetada na baioneta do Legionário. Também não se sabe se foi retirada pelas autoridades, embora seja provável que as próprias pessoas ativistas a tenham recuperado. A única certeza é que a intervenção durou apenas alguns breves instantes, talvez não mais do que alguns minutos. Na tarde de 1 de janeiro de 2023, o monumento já tinha regressado à sua aparente normalidade. Por razões de segurança, os nomes das pessoas envolvidas permanecem desconhecidos. O anonimato, porém, apenas reforçou o caráter coletivo do gesto. Breve e modesta, a intervenção inaugurou aquilo que as pessoas ativistas descreveram como o "primer monumento a las víctimas del colonialismo español"[5] (primeiro monumento às vítimas do colonialismo espanhol).

A intervenção constituiu, simultaneamente, uma ação antirracista, antifascista e anticolonial. As pessoas ativistas não danificaram o monumento. A sua estrutura material permaneceu intacta. Não procuraram atacar o bronze em si, mas o regime simbólico através do qual o monumento adquire autoridade. Esta distinção é fundamental. Ao contrário de muitos conflitos contemporâneos em torno de monumentos, a intervenção não

[5] A Estátua do Legionário foi criada pelo escultor Salvador Amaya, com base num desenho de Augusto Ferrer-Dalmau. O legionário tem 2,78 metros de altura e enverga o uniforme da década de 1920. Assente num pedestal de granito, o monumento pesa 26 toneladas e ultrapassa os seis metros de altura. A cabeça de silicone de Franco foi oferecida pelo artista Eugenio Merino, cuja obra "Always Franco" (Sempre Franco) suscitou considerável polémica quando foi apresentada na *ARCO Feira Internacional de Arte Contemporânea*, em 2012. A instalação consistia numa réplica, à escala real, do corpo de Franco, deitado no interior de um frigorífico comercial para bebidas, como se estivesse num caixão. A cabeça dessa réplica foi depois espetada na baioneta da Estátua do Legionário.

exigiu a sua remoção nem propôs a sua substituição. Também não procurou estabelecer uma ordem monumental alternativa. Em vez disso, procurou interromper, ainda que por breves instantes, a certeza comemorativa através da qual a estátua atuava e funcionava no espaço público.

Na conhecida distinção de Benjamin (1972/2001), os monumentos podem funcionar simultaneamente como documentos de civilização e documentos de barbárie. Foi precisamente essa deslocação que as pessoas ativistas procuraram operar. Sem alterar materialmente o monumento, suspenderam a sua capacidade de funcionar como "artefacto" celebratório, preservando-o, contudo, enquanto "documento" histórico, como prova da celebração contemporânea, em Espanha, tanto do fascismo como do colonialismo. Ainda que apenas por um instante, a função comemorativa do monumento entrou em colapso. Através da ironia, da justaposição e da paródia, a intervenção expôs ligações históricas que as narrativas oficiais continuam a separar: as origens coloniais da Legião, as campanhas espanholas no Norte de África, o projeto militar de Franco e a persistência da nostalgia imperial na Espanha democrática contemporânea. Mais fundamentalmente, questionou também os pressupostos liberais, violentos e heteronormativos subjacentes aos próprios conceitos de "património" e ao processo de "patrimonialização" que deles decorre, expondo as epistemologias coloniais através das quais certos passados são considerados dignos de preservação, enquanto outros permanecem politicamente invisíveis (Smith, 2006; Táíwò, 2022).

A intervenção convida-nos, assim, a reconsiderar a própria antimonumentalidade. Neste caso, o desafio à monumentalidade não surgiu da construção de outro monumento, mas de um gesto quase mínimo de efemeridade. A sua eficácia residiu precisamente na economia dos meios utilizados. As pessoas ativistas não instalaram placas explicativas, não organizaram uma contraexposição nem exigiram a demolição imediata da estátua. Introduziram um único objeto num campo visual já saturado. Mais uma vez, a cabeça de Franco espetada na baioneta alterou radicalmente a legibilidade do monumento sem alterar o próprio monumento[6].

Igualmente significativo foi o anonimato da intervenção. As pessoas ativistas recusaram deliberadamente qualquer forma de visibilidade individual ou coletiva. Por outras palavras, continua a não se saber quem realizou a ação. Este anonimato não deve ser entendido apenas como uma resposta prática à possibilidade de serem alvo de um processo judicial. Deve também ser interpretado como um desafio direto a um pressuposto constitutivo das epistemologias modernas e coloniais: a valorização de autores identificáveis, de indivíduos heroicos e de figuras fundadoras (Barthes, 1957/1999). A intervenção recusou a lógica da autoria individual que os próprios monumentos tantas vezes celebram. A questão deixou de ser "quem realizou a ação?" para passar a ser "quem se poderá reconhecer nela?". Esta mudança abre também uma questão política mais ampla: quem tem a responsabilidade de confrontar a memória colonial? Os descendentes dos

[6] No outono de 2023, surgiu na base do monumento uma pequena placa, com cerca de 25 centímetros, que denunciava não tanto o seu caráter colonial, mas antes a sua natureza franquista/fascista. A placa não estava assinada, mas suspeita-se que tenha sido colocada por membros da Associação para a Recuperação da Memória Histórica. As autoridades retiraram-na alguns dias depois.

colonizados? As comunidades migrantes? As organizações antirracistas? Os historiadores e as instituições culturais? Ou os cidadãos em geral (seja lá o que isso for)? Em certo sentido, a intervenção inverte a célebre questão de Spivak (2003) sobre se o subalterno pode falar. Aqui, a questão não consiste apenas em saber se os sujeitos historicamente marginalizados podem falar — porque falam e produzem conhecimento, quer os escutemos ou não — mas em saber quem está disposto e tem legitimidade para contestar a própria narrativa histórica hegemónica.

A controvérsia em torno da instalação do monumento ilustra este ponto. O monumento foi financiado pela Fundação do Museu do Exército, através de contribuições de mais de 700 doadores (Ministerio de Defensa, 2021). O conselho de administração da Fundação é presidido pela ministra da Defesa, a socialista Margarita Robles, que, apesar de integrar um governo progressista de esquerda, não vetou nem contestou a construção do monumento. Posteriormente, a Fundação doou-o à Câmara Municipal de Madrid, que, sem submeter o projeto à apreciação de qualquer órgão consultivo, nem sequer da Comissão para a Qualidade da Paisagem Urbana, decidiu instalá-lo em frente a um edifício militar, a sede do Estado-Maior da Defesa espanhol, e a poucos metros de outro elemento patrimonial de referência: o Monumento a la Constitución de 1978 (Monumento à Constituição de 1978), inaugurado a 27 de dezembro de 1982.

A estátua não foi submetida a votação pública nem debatida em sessão plenária da Câmara Municipal. O monumento materializa, assim, um paradoxo democrático flagrante: a celebração pública do passado militar colonial de Espanha foi erigida com uma participação democrática extraordinariamente limitada. Na minha perspetiva, isto compromete significativamente a sua legitimidade democrática e, ironicamente, pode ser entendido como um reflexo do défice democrático das próprias figuras que comemora: José Millán-Astray e as origens da Legião Espanhola. Este paradoxo suscita uma questão mais ampla: como pôde um Estado democrático optar por celebrar o colonialismo — ou, mais precisamente, a invasão e o massacre das populações indígenas do Rife e do Norte de África — poucas semanas depois de aprovar a Lei da Memória Democrática, a 19 de outubro de 2022? Mais importante ainda, que formas de cidadania se tornam imagináveis quando a violência colonial continua a ser reconhecida publicamente, enquanto as suas vítimas, os seus descendentes e aqueles que herdaram as suas lutas políticas permanecem, em grande medida, ausentes da cultura comemorativa oficial?

4. "Épica da Restauração"

A dimensão temporal regressa ao primeiro plano. A Estátua do Legionário não é uma relíquia herdada de um passado distante. Foi erigida em 2022, após décadas de governação democrática, num país que integra a União Europeia desde 1986. A sua existência não pode, por conseguinte, ser explicada como a mera sobrevivência de uma paisagem comemorativa herdada de um império ou de uma ditadura. Pelo contrário, reafirma ativamente, no presente, determinadas conceções do fascismo e do colonialismo.

Esta distinção é fundamental. Uma parte significativa da investigação sobre o património cultural pós-colonial tem-se centrado nos monumentos herdados de regimes

anteriores (Knudsen et al., 2022; Semi & Frisina, 2023). A Estátua do Legionário obriga-nos a confrontar um fenómeno diferente: a produção contínua de memória colonial em contexto democrático ou, mais precisamente, num contexto internacional cada vez mais marcado por exigências de descolonização, tanto no plano material como no simbólico. Neste sentido, o monumento não é um vestígio do passado. É uma declaração política contemporânea.

Nesta perspetiva, a estátua pode ser compreendida à luz do conceito que Rufer e Varela-Huerta (2023) designam por "épica da restauração" (p. 24). Estes projetos não se limitam a comemorar o passado; procuram restaurar uma ordem simbólica que percecionam como ameaçada ou perdida. Não é, portanto, por acaso que monumentos como a Estátua do Legionário tenham sido erigidos precisamente quando outros símbolos nacionais ocidentais foram postos em causa, removidos ou reinterpretados criticamente (como aconteceu com o Monumento ao Marquês de Comillas, em Barcelona, referido anteriormente). O seu objetivo é menos pedagógico do que restaurador. Visam recuperar certezas, hierarquias e formas de pertença que as agendas de descolonização contemporâneas parecem desestabilizar.

A mesma lógica pode observar-se noutro monumento recente, promovido através de donativos públicos: o Monumento a los Héroes de Baler (Monumento aos Heróis de Baler), também conhecido como "los últimos de Filipinas" (os últimos das Filipinas), inaugurado pela Câmara Municipal de Madrid em 2019, no bairro central de Chamberí (Figura 10). O monumento é dedicado aos soldados que continuaram a resistir nas Filipinas até 1899, vários meses depois de Espanha ter perdido formalmente a guerra contra uma aliança entre os Estados Unidos e forças anticoloniais lideradas sobretudo por revolucionários tagalos e pelo movimento revolucionário Katipunan[7]. A estátua comemora um episódio que ocupa um lugar singular no imaginário nacional espanhol. Não assinala uma conquista nem uma vitória militar. Celebra, antes, a resistência em pleno colapso imperial. É aqui que reside outro tipo de paradoxo. Embora o monumento comemore uma derrota, e não um triunfo, a sua narrativa permanece fundamentalmente imperial. O que se celebra não é a perda do império, mas as virtudes morais atribuídas àqueles que o defenderam até ao fim: a disciplina, o sacrifício, a glória e o compromisso inabalável com a nação. A própria conquista permanece como horizonte histórico incontestado, conferindo sentido a essas virtudes. É precisamente isso que torna o monumento particularmente suscetível de apropriação pelas formas contemporâneas de nostalgia nacional. Porquê? Porque transforma a derrota imperial numa vitória moral, permitindo que a memória colonial perdure através da representação heróica daqueles que, à sua maneira, se recusaram a reconhecer o fim do império.

[7] O Cerco de Baler (1 de julho de 1898–2 de junho de 1899) consistiu num cerco de 337 dias imposto por forças anticoloniais filipinas a um destacamento militar espanhol que se encontrava no interior da igreja da localidade de Baler, na ilha filipina de Luzon. Em dezembro de 1898, com a assinatura do Tratado de Paris, a guerra chegou formalmente ao fim e Espanha cedeu aos Estados Unidos a soberania sobre as Filipinas.



Figura 10. *Monumento aos Heróis de Baler*

Créditos. Emiliano Abad, 2026

A Estátua do Legionário e o Monumento aos Heróis de Baler não devem, por conseguinte, ser entendidos apenas como referências a uma mitologia nacional ou militar. Contribuem também para tornar imagináveis determinados futuros, ao reativarem repertórios históricos selecionados: a disciplina militar, o sacrifício, o heroísmo masculino, a resistência nacional, a lealdade e a vinculação ao império. Como argumenta Rufer (2026), a épica restauradora apresenta-se como uma narrativa heroica totalizante, que não admite reinterpretação nem contestação. Trata-se de um discurso fechado, convicto do seu próprio poder de revelação através da restauração de heróis, origens e mitos fundadores. A história surge como definitivamente estabelecida. Os heróis são reafirmados. A dúvida desaparece.

A lógica restauradora manifesta-se também no plano estético. Embora tenham sido erigidos, respetivamente, em 2019 e 2022, ambos os monumentos reproduzem deliberadamente as convenções artísticas da escultura pública do final do século XIX e de meados do século XX, recorrendo amplamente a uma estética de inspiração renascentista. O realismo figurativo, a escala monumental e a iconografia marcial sugerem que pertencem a outro período histórico. O seu vocabulário estético rejeita a incerteza e a fragmentação que caracterizam grande parte da arte pública contemporânea, optando, em contrapartida, por uma linguagem visual assente na permanência, na autoridade e na continuidade histórica.

O que é particularmente notável nestes monumentos, porém, é o facto de terem surgido no contexto de uma sensibilidade política muito mais ampla: o ressurgimento

de movimentos nacionalistas e de extrema-direita em todo o mundo ocidental. Neste sentido, podem também ser compreendidos à luz da noção complementar de "poética da antecipação", proposta por Rufer (2026). A antecipação não se refere à previsão num sentido determinista. Designa, antes, formas culturais que tornam determinados futuros imagináveis antes de estes adquirirem uma expressão política plenamente articulada. A Estátua do Legionário e o Monumento aos Heróis de Baler podem ser interpretados precisamente desta forma. A sua importância reside não apenas naquilo que comemoram, mas também no horizonte político que contribuem para antecipar: a crescente normalização do neoimperialismo e das políticas anti-imigração, de que é exemplo a afirmação da "prioridade nacional" como um dos pilares dos programas políticos de partidos como o VOX e o Partido Popular, princípio que, desde abril de 2026, já foi incorporado na política pública regional[8]. Por outras palavras, estes monumentos refletem e contribuem simultaneamente para a consolidação eleitoral e discursiva do racismo, da xenofobia e da extrema-direita na Espanha contemporânea (... e para além dela).

Contudo, se os monumentos podem antecipar futuros, também os atos de resistência o podem fazer, como demonstra a intervenção realizada na Estátua do Legionário em 1 de janeiro de 2023, que deu origem ao chamado primeiro monumento às vítimas do colonialismo espanhol. Ao interromperem a certeza comemorativa do monumento, as pessoas ativistas criaram, ainda que temporariamente, um espaço no qual se tornou possível imaginar futuros alternativos. A antecipação, porém, não deve ser entendida exclusivamente em termos otimistas. O futuro que estas intervenções abrem permanece contingente, frágil e politicamente disputado. Por esta razão, este tipo de ativismo efémero não deve ser romantizado como uma forma de escapar à política material. Os seus efeitos são sempre condicionados pelas infraestruturas materiais: a localização do monumento, a acessibilidade do local, a possibilidade de fotografar e fazer circular uma imagem, a presença de plataformas mediáticas e a distribuição desigual da atenção, da legitimidade e do risco. Nem todos podem intervir anonimamente. Nem todas as intervenções serão recebidas como crítica política; algumas serão, pelo contrário, descartadas como meros atos de vandalismo criminoso — o que, sob a autoridade do direito liberal, as priva não só de legitimidade social, mas também de força política. A raça, o género, a classe e a vulnerabilidade jurídica continuam a determinar quem pode ocupar o espaço público, quem fica exposto à repressão e a quem é reconhecida legitimidade pública pelas suas ações. A política do tempo associada à antimonumentalidade ou à contramonumentalidade não existe à margem das estruturas de poder. Desenvolve-se no seu interior.

5. Considerações Finais (Abrir uma Fenda no Tempo...)

"A ausência de sentido abre uma fenda no tempo" (Certeau, 1975/1988, p. 213). Esta reflexão oferece uma perspetiva particularmente útil para compreender o significado

[8] A "prioridade nacional" é uma política que concede acesso preferencial a serviços públicos, incluindo os cuidados de saúde e a habitação, aos "verdadeiros espanhóis", em detrimento dos "imigrantes" racializados. Embora apresentada em termos institucionais, esta política constrói, na prática, a categoria de "espanhóis" com base em critérios culturais, religiosos e linguísticos, privilegiando aqueles que são percecionados como brancos, ocidentais e cristãos (El País, 2026).

político da intervenção na Estátua do Legionário, em Madrid. A frase não deve ser interpretada como um anúncio de rutura no seu sentido mais forte: uma quebra revolucionária com as estruturas existentes ou o desaparecimento das desigualdades herdadas. A intervenção não produziu nenhum destes resultados. Não redistribuiu recursos, não transformou os enquadramentos jurídicos nem desmantelou as condições institucionais através das quais as histórias coloniais e autoritárias continuam a moldar a Espanha contemporânea. Os seus efeitos foram simultaneamente mais modestos e mais precisos. Interrompeu temporariamente o guião oficial do monumento e a sua continuidade temporal.

É neste sentido que o "primeiro monumento às vítimas do colonialismo espanhol" abriu uma fenda no tempo. Durante um breve momento, a ordem material da Espanha pós-colonial tornou-se visível enquanto tal: como uma ordem política e epistemológica. Ao colocar a cabeça de Franco na ponta da baioneta empunhada pela Estátua do Legionário, as pessoas ativistas reintroduziram a contingência numa paisagem comemorativa organizada em torno da permanência, à semelhança da que se materializa no complexo de memória imperial de Moncloa. Esta rutura temporal tem significado político, mas não deve ser sobrevalorizada. Uma fenda pode voltar a fechar-se e, em muitos aspetos, foi isso que aconteceu (ver "prioridade nacional", acima). A atenção pública desloca-se para outros assuntos, e as instituições absorvem frequentemente a crítica sem alterarem fundamentalmente as suas práticas. Por esta razão, a linguagem contemporânea da descolonização comporta um risco importante. Como Tuck e Yang (2012) argumentaram de forma célebre, a descolonização não pode tornar-se uma mera metáfora. As formas liberais de antirracismo institucional podem mesmo apropriar-se da linguagem da descolonização de modo a neutralizar a sua força política, desviando a atenção das desigualdades estruturais para formas de reconhecimento simbólico que deixam praticamente intactas as relações de poder existentes[9]. Contudo, a possibilidade de a fenda se fechar não torna a interrupção desprovida de significado. A ação política não se torna irrelevante pelo simples facto de ser insuficiente. A questão não é saber se uma intervenção efémera pode, por si só, produzir uma transformação estrutural — não pode — mas se pode alterar as condições em que essa transformação se torna pensável e politicamente imaginável.

Esta distinção é particularmente importante no contexto dos debates contemporâneos sobre a memória colonial. Monumentos como a Estátua do Legionário continuam a legitimar um imaginário histórico mais abrangente, cuja relevância ultrapassa o próprio passado colonial e abrange as políticas migratórias, o acesso desigual à habitação, ao emprego e à educação, bem como as formas racializadas de violência de Estado repetidamente documentadas nas fronteiras de Ceuta e Melilla. A 24 de junho de 2022, apenas quatro meses antes da inauguração da Estátua do Legionário, ocorreu a tragédia hoje comummente conhecida como Massacre de Melilla. Quando tentavam entrar em Espanha, as pessoas migrantes foram confrontadas com uma resposta violenta das forças de segurança fronteiriças, que provocou pelo menos 23 mortos e deixou mais de 70 pessoas

[9] Neste sentido, a atual "moda" da descolonização pode ser entendida como uma "armadilha" (Abad, 2025) ou um "cavalo de Troia" (A. Salvioni, comunicação pessoal, 17 de junho, 2026).

desaparecidas (Peregil, 2022)[10]. A proximidade temporal destes acontecimentos ilustra a forma como as histórias coloniais continuam a moldar as realidades políticas contemporâneas. Uma das razões pelas quais estas continuidades permanecem tão difíceis de reconhecer é a relativa ausência de um debate público continuado sobre o colonialismo espanhol e a sua relação com as desigualdades raciais, materiais e linguísticas contemporâneas (Abad, 2022). Como sabemos, este silêncio contribui para a normalização das relações de poder existentes, fazendo com que o racismo surja menos como um produto histórico do que como uma característica lamentável, mas comum, da vida democrática. É por isso que a rua é importante. Ao longo do período democrático iniciado com a Constituição de 1978, organizações de pessoas migrantes, antirracistas e decoloniais têm ocupado repetidamente o espaço público, muitas delas escolhendo o dia 12 de outubro — Dia Nacional de Espanha — como espaço privilegiado de contestação política[11]. Estas mobilizações não são recentes. A resistência anticolonial remonta ao auge do período imperial. O que é novo é a crescente necessidade de a memória anticolonial entrar em diálogo direto com a democratização da memória franquista. E isto não significa simplesmente acrescentar a memória colonial às lutas existentes contra a ditadura, como se ambas constituíssem agendas históricas separadas. Pelo contrário, a intervenção sugere que a memória anticolonial e a memória antifranquista são duas dimensões inseparáveis da própria memória democrática. A nossa análise do Monumento à Hispanidade e, mais amplamente, do complexo de memória imperial que envolve Moncloa aponta precisamente nesta direção. As narrativas coloniais não são marginais à narrativa nacional: constituem-na. O facto de o Dia Nacional de Espanha continuar a ser celebrado a 12 de outubro — e de a Legião permanecer entre os protagonistas centrais do desfile militar — demonstra até que ponto a memória colonial continua profundamente enraizada nos rituais democráticos contemporâneos.

Neste sentido, a memória decolonial não é, antes de mais, um projeto aditivo. Não se trata simplesmente de recuperar histórias esquecidas e de as "acrescentar". Tal como a historiografia feminista ou *queer*, a sua ambição deve ser mais sistemática: questionar os enquadramentos materiais e epistemológicos através dos quais o próprio conhecimento histórico foi organizado. A descolonização exige o estabelecimento de ligações onde as narrativas hegemónicas impuseram separações. Exige tornar visíveis relações que as memórias oficiais e hegemónicas ocultaram. Nesta perspetiva, o anacronismo não constitui necessariamente um erro, podendo antes funcionar como estratégia crítica. Permite-nos estabelecer ligações entre histórias que as narrativas dominantes insistiram em tratar como não relacionadas, como se qualquer tentativa de as aproximar fosse metodologicamente insustentável ou historicamente absurda. A imagem da cabeça de Franco empalada na baioneta do legionário pode ser entendida como um desses atos de reconexão. Colocou

[10] A tragédia voltou a desenrolar-se entre 30 e 31 de julho de 2026, quando mais de 70.000 pessoas atravessaram as fronteiras terrestres e marítimas entre Marrocos e Ceuta, contornando os procedimentos formais previstos pelo país africano e pela União Europeia. À data da redação do texto, tinham sido recuperados do mar mais de 90 corpos (Viúdez & López-Fonseca, 2026).

[11] A lista de organizações envolvidas no ativismo antirracista e anticolonial é simplesmente avassaladora. Só desde a década de 1990, é possível identificar mais de 50 organizações em atividade em Espanha, embora quase sempre em posições marginalizadas ou precárias.

a memória antifranquista e a memória anticolonial no mesmo enquadramento político, aproximando dois campos que demasiadas vezes têm sido tratados como domínios separados. Ambos revelam a persistência de estruturas profundamente antidemocráticas numa sociedade que há muito celebra o êxito da transição democrática (1975–1982) e a subsequente integração de Espanha na União Europeia, prestando consideravelmente menos atenção aos legados coloniais que contribuíram para tornar possível essa transição. Retomando Certeau (1975/1988), são precisamente estes atos de reconexão que, por mais modestos que sejam, continuam a ser capazes de reabrir "uma fenda no tempo".

Deixar a cabeça de Franco empalada na baioneta de um legionário não foi a primeira denúncia do colonialismo, nem sequer a mais criativa ou imaginativa. Pode, contudo, ter sido a primeira a falar explicitamente em nome de algo próximo da própria sociedade espanhola. Neste aspeto, o caráter efémero do "primeiro monumento às vítimas do colonialismo espanhol" não constituiu uma fragilidade. Fez parte da sua própria lógica política. Por ter desaparecido tão rapidamente, resistiu à sua incorporação nas rotinas de gestão do património ou nas práticas oficiais de comemoração. Não podia ser facilmente transformado em mais um objeto de consenso institucional. Em vez disso, permaneceu um acontecimento: algo que tinha de ser recordado, narrado, discutido e interpretado. É precisamente aqui que as reflexões de Virno (2003/2004) sobre a virtuosidade convergem com o trabalho de González de Oleaga (2013) sobre a narração e a memória. Se a ação política virtuosa não deixa atrás de si uma obra autónoma, a sua continuidade depende das práticas sociais através das quais é recordada, recontada e reativada. O seu desaparecimento não representa o fim do acontecimento, mas a condição de outra forma de existência política (Virno, 2003/2004). Neste sentido, as reflexões de González de Oleaga (2013) sobre a transmissão oral assumem particular importância:

> no recomeço que acompanha cada ato de contar, quem narra reformula a narrativa em função das necessidades do momento, sem procurar a permanência, passando o testemunho a outra pessoa, sem qualquer ambição universal ou transcendente. Na oralidade, a verdade é de outra natureza: humilde, pequena, contextual, e concretiza-se no próprio acontecimento, no instante da enunciação. É o tipo de verdade que revela, tanto a quem conta como a quem escuta, algo que não reside no conteúdo da história, mas na sua ressonância. (p. 12)

A intervenção na Estátua do Legionário exemplifica precisamente esta forma de virtuosidade política. Afinal, as sociedades democráticas não se tornam mais democráticas pelo simples facto de multiplicarem monumentos ou substituírem um objeto comemorativo por outro. Tornam-se mais democráticas quando alargam o campo de ressonâncias através do qual o passado pode ser relacionado com o presente, narrado e contestado. E, acima de tudo, tornam-se mais democráticas quando essas novas ligações abrem possibilidades reais de transformação das injustiças e das condições materiais do presente. É tudo.

Pós-edição de Tradução Automática: Anabela Delgado

Agradecimentos

Este artigo foi financiado pelo projeto *CONCILIARE: Confidently Changing Colonial Heritage, financiado pela União Europeia* (HORIZON-CL2-2023-HERITAGE-01-04; Ref.: 101132582).

Referências

Abad, E. (2022). *Por el rabillo del ojo: Museos, literatura y poscolonialismo. ¡Sí, por favor!* [Doctoral dissertation; Universidad Autónoma de Madrid]. http://hdl.handle.net/10486/705246

Abad, E. (2025). The Nagasaki syndrome: Museums, postcolonialism and subaltern resistance. Kamchatka: *Revista de Análisis Cultural, 24*, 399–427. https://doi.org/10.7203/KAM.24.28980

Barthes, R. (1999). *Mitologías* (H. Schmucler, Trad.). Siglo XXI. (Trabalho original publicado 1957)

Benjamin, W. (2001). *Para una crítica de la violencia y otros ensayos* (R. Blatt, Trad.). Taurus. (Trabalho original publicado 1972)

Bhabha, H. K. (2004). *The location of culture* (2ª. ed.). Routledge. (Trabalho original publicado 1994)

Cartografías Coloniales. (s.d.). C*artografías coloniales: Restos, paisajes y monumentos del imperialismo español*. Retirado em 23 de setembro, 2026, de https://cartografiascoloniales-about.webflow.io/

Certeau, M. de. (1988). *The writing of history* (T. Conley, Trad.). Columbia University Press. (Trabalho original publicado 1975)

El País. (2026, 24 de abril). *¿Qué es la "prioridad nacional"? Claves de la letra pequeña de los pactos entre PP y Vox*. https://elpais.com/expres/2026-04-24/que-es-la-prioridad-nacional-claves-de-la-letra-pequena-de-los-pactos-entre-pp-y-vox.html

González de Oleaga, M. (2013). *La contadora de historias y el secreto*. In M. González de Oleaga (Ed.), En primera persona: Testimonios desde la utopía (pp. 11–26). Ned Ediciones.

González de Oleaga, M. (2016). Democracia y museo: Diferencia y conflicto en los relatos del Museo de América en Madrid. *Historia y Política, 35*, 123–144. http://dx.doi.org/10.18042/hp.35.06

Gruzinski, S. (2007). *El pensamiento mestizo: Cultura amerindia y civilización del Renacimiento* (E. F. González, Trad.). Paidós. (Trabalho original publicado 1999)

Knudsen, B. T., Oldfield, J., Buettner, E., Zabunyan, E. (Eds.). (2022). *Decolonizing colonial heritage: New agendas, actors and practices in and beyond Europe*. Routledge.

Ministerio de Defensa. (2021, 13 de abril). *Culmina la fundición en bronce de la nueva estatua de la Legión*. Ejejito de Terra. https://ejercito.defensa.gob.es/eu/noticias/2021/04/8395-estatua-bronce-legionario.html?__locale=eu

Museo de América. (s.d.). *Renovación de la exposición permanente. Programa museográfico*. Ministerio de Cultura. https://www.cultura.gob.es/museodeamerica/dam/jcr:c04b8f6e-5769-46b2-85a7-298791018a56/version-desarrollada-proyecto-renovacion-mam.pdf

Opazo-Sepúlveda, C. (2025). Memorias coloniales, monumentos esclavistas y movimiento antirracista: La Plaça d'Idrissa Diallo como patrimonio disonante en Barcelona. Huarte de San Juan. *Geografía e Historia, 32*, 151–170. https://doi.org/10.48035/rhsj-gh.32.8

Peregil, F. (2022, 25 de junho). La tragedia bajo la valla de Melilla que nadie pudo tapar en Marruecos. *El País*. https://elpais.com/espana/2022-06-25/la-tragedia-bajo-la-valla-de-melilla-que-nadie-pudo-tapar-en-marruecos.html

Rodríguez-López, C. (2024). *Arco de la Victoria*. Ministerio de Política Territorial y Memoria Democrática. http://hdl.handle.net/10261/394652

Rufer, M. (2026). *El fuego y la saña: Mínima memoria ante la épica restauradora de las derechas* [Manuscript submitted for publication].

Rufer, M., & Varela Huerta, I. (2023). La fijación de la cultura: Colonialidad y racialización en mapas pictóricos y culturales de México. *Cuadernos de Literatura del Caribe e Hispanoamérica, 36*, 24–52. https://doi.org/10.15648/cl.36.2022.3848

Semi, G., & Frisina, A. (2023). What we see (and what we don't): Resignifying urban traces of colonialism. In L. Pauwels (Ed.), *Visual and multimodal urban sociology, part A: Imagining the sensory city* (pp. 125–142). Emerald. https://doi.org/10.1108/S1047-00422023000018A001

Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. Routledge.

Spivak, G. C. (2003). ¿Puede hablar el subalterno? *Revista Colombiana de Antropología, 39*, 297–364. https://doi.org/10.22380/2539472X.1244

Táíwò, O. O. (2022). *Elite capture: How the powerful took over identity politics (and everything else)*. Haymarket Books. https://doi.org/10.2307/j.ctv2g591sq

Tuck, E., & Yang, K. W. (2012). Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society, 1*(1), 1–40.

Vasconcelos, J. (1925). *La raza cósmica. Misión de la raza iberoamericana. Notas de viajes a la América del Sur*. Agencia Mundial de Librería.

Vergès, F. (2024). A *programme of absolute disorder: Decolonizing the museum*. Pluto Press. https://doi.org/10.2307/jj.13286024

Virno, P. (2004). *Cuando el verbo se hace carne: Lenguaje y naturaleza humana* (E. Sadier, Trad.). Traficantes de Sueños. (Trabalho original publicado 2003)

Viúdez. J., & López-Fonseca, Ó. (2026, 31 de julho). Recuperados 57 cadáveres en las aguas de Ceuta tras la entrada de 50.000 migrantes irregulars. *El País*. https://elpais.com/espana/2026-07-31/mas-de-40000-migrantes-irregulares-han-entrado-en-ceuta-en-las-ultimas-24-horas.html

Nota Biográfica

Emiliano Abad é investigador pós-doutoral na Universidade de Coimbra, onde desenvolve o seu trabalho no âmbito do projeto *CONCILIARE: Confidently Changing Colonial Heritage* (European Research Executive Agency; ref. 101132582; HORIZON-CL2-2023-2027). É doutorado em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid e foi investigador visitante na University of Cambridge e na Université Paris-Sorbonne. A sua investigação tem incidido sobre a historiografia, os estudos culturais e a viragem ontológica, bem como sobre a identidade, o património, o pós-colonialismo,

a história pública e a transmissão da memória. Entre os trabalhos que ilustram a sua produção académica, destacam-se os artigos "El 'Síndrome Nagasaki': Museos, Poscolonialismo y Luchas Subalternas" (Síndrome Nagasaki: Museus, Pós-colonialismo e Lutas Subalternas; *Kamchatka*, 2025) and "¿Quién Quiere un Museo? Memorias, Conflictos e Identidades en un Mundo Poscolonial" (Quem Quer um Museu? Memórias, Conflitos e Identidades num Mundo Pós-colonial; *Hispania Nova*, 2023). É também co-diretor do projeto *Cartografías Coloniales: Restos, Paisajes y Monumentos del Imperialismo Español* (https://cartografiascoloniales.webflow.io/).

ORCID: https://orcid.org/0009-0001-2921-2598
Email: abadgarcia@uc.pt
Morada: Faculdade de Psicologia e Educação, R. Colégio Novo, 3000–115, Coimbra – Portugal

Submetido: 21/07/2026 | Aceite: 04/09/2026

Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.